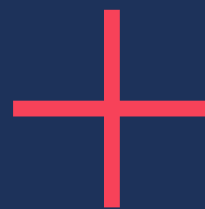


EMERGÊNCIA⁺
C O V I D - 1 9

ESTUDOS EMERGÊNCIA COVID



O PAPEL E O
PROTAGONISMO
DA SOCIEDADE
CIVIL NO
ENFRENTAMENTO
DA PANDEMIA DA
COVID-19
NO BRASIL

REALIZAÇÃO:



PROMOÇÃO:



Graciela Hopstein
Milena Peres

Este estudo faz uma análise da trajetória da sociedade civil e da filantropia brasileira a partir dos anos 1980, fundamental para compreender dinâmicas e tendências que deem sustentação a uma das teses desenvolvidas ao longo do trabalho: a sociedade civil como um setor estratégico no processo de consolidação da democracia brasileira. As organizações da sociedade civil (OSC) sofreram, nos últimos anos, inúmeros ataques reputacionais e enfrentaram desafios no que diz respeito à sua sustentabilidade política e financeira. Frente à crise da Covid-19, buscaram não apenas contestar a necropolítica e o negacionismo predominante por meio da construção de agendas políticas e da articulação em redes, mas também gerar respostas, a partir do desenvolvimento de um conjunto de práticas e experiências baseadas em autogestão e organização comunitária. A partir de um estudo de casos múltiplos, com instituições selecionadas por critérios estabelecidos, observou-se que as OSC foram capazes de construir agendas, narrativas, linguagens e formas de produção e organização baseadas na autogestão, experiências fundamentadas numa dinâmica social em que o trabalho e a política tendem a coincidir, formando parte de um processo que envolve, ao mesmo tempo, a organização da luta e da produção. Encontraram formas autônomas de dar respostas inovadoras à crise, articulando atores, territórios e comunidades, iniciativas e recursos, e buscando soluções que envolveram desde a distribuição de cestas básicas até a condução de campanhas de informação e de ajuda humanitária, além de instalarem estratégias inovadoras de luta e resistência, frente a um cenário adverso.

São Paulo, 2021

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é realizar uma análise do papel da sociedade civil e da filantropia no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Tem como foco o mapeamento de experiências conduzidas por organizações sociais, principalmente as de base comunitária, consideradas emblemáticas e de referência no que diz respeito ao enfrentamento da crise e aos impactos produzidos nas comunidades de atuação. Além disso, o texto promove a reflexão acerca do papel da sociedade civil num contexto político adverso, caracterizado pela falta de recursos, pela criminalização das organizações sociais e pelo encolhimento dos espaços cívicos, tendência que vem se intensificando no país, principalmente nos últimos anos. Assim, o trabalho tem a finalidade de reconhecer a importância das organizações da sociedade civil (OSC) e das comunidades locais, bem como de suas lideranças e movimentos, no desenvolvimento de ações coletivas voltadas para buscar soluções próprias de diversos problemas enfrentados no contexto da crise sanitária e social desencadeadas pela pandemia.

Para realizar este estudo, foram utilizadas fontes secundárias de referência para o campo, artigos científicos, textos analíticos publicados em diversos meios de comunicação e levantamentos específicos, que permitiram realizar mapeamentos, tanto em relação aos cenários quanto às experiências desenvolvidas pelos grupos comunitários e organizações sociais em resposta à crise desencadeada no contexto da pandemia. Além disso, são apresentados *cases*, selecionados de acordo com os seguintes critérios:

+ experiências sobre as quais existem informações públicas disponíveis;

+ *cases* de referência por representar o desenvolvimento de tecnologias sociais inovadoras em diversas áreas de atuação, com capacidade de replicação e/ou multiplicação em diversos contextos – considerando que a replicabilidade não passa pela adoção de um modelo singular, mas sim pela presença de um padrão heurístico que permita identificar elementos mais abrangentes (universais);

+ experiências emblemáticas no que diz respeito à capacidade de resposta e organização das comunidades envolvidas, em áreas tais como produção de conhecimentos; comunicação, mobilização e articulação; ajuda humanitária; mobilização de recursos (financeiros, materiais e humanos); apoios emergenciais; assistência e proteção (no sentido amplo); e alternativas de geração de trabalho e renda;

+ análise das experiências específicas desenvolvidas pelas organizações que integram a Rede de Filantropia para a Justiça Social (RFJS), por se tratar de uma iniciativa que reúne fundos locais (temáticos e comunitários) que apoiam organizações e movimentos da sociedade civil que atuam no campo dos direitos, menos beneficiados pela filantropia tradicional ou *mainstream*.

O primeiro capítulo traça a trajetória da sociedade civil no Brasil a partir dos anos 1980 até a crise dos anos 2000. O segundo analisa o cenário da pandemia de Covid-19 no país, enquanto o terceiro aborda os impactos nas organizações da sociedade civil. O quarto capítulo apresenta a resposta da sociedade civil à pandemia, discutindo casos com um olhar sobre as tecnologias sociais e estratégias desenvolvidas. Por fim, o quinto capítulo apresenta as conclusões do estudo e aponta para a filantropia comunitária como estratégia para o fortalecimento da sociedade civil no contexto da pandemia.

1 A TRAJETÓRIA DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: DO PROTAGONISMO NOS ANOS 1980 À CRISE DOS ANOS 2000

Uma das principais teses que guiaram o desenvolvimento deste estudo foi a importância da sociedade civil como um setor fundamental para a consolidação da democracia brasileira. Para entender as práticas nesse campo, é fundamental reconhecer a presença de um conjunto de participações políticas por parte da sociedade civil no intuito de ampliar as possibilidades de captar o maior número de vozes e expressões políticas, tornando-as capazes de acessar a partilha autônoma do exercício do próprio poder político (FARIA, 2010, p. 2).

Assim, este texto aborda a importância do dinamismo institucional da sociedade civil no contexto de uma democracia, considerando que sem ela não é possível a formação de culturas políticas que guiem ações capazes de fortalecer a sua arena político-institucional. A dinâmica societária é o que permite movimentos orientados nessa direção e ela só pode acontecer graças à presença de um conjunto múltiplo de atores: movimentos, fundações, organizações filantrópicas, fundos, associações, organizações não governamentais (ONG), entre outros. A partir dessa perspectiva, o padrão democrático de uma sociedade passa a ser resultado não apenas de uma densidade cívica e da sua força na esfera pública, mas da pluralidade de formas de participação institucionalizadas capazes de inserir a sociedade civil nos processos decisórios (FARIA, 2010).

Na América Latina, continente marcado por diversos regimes ditatoriais militares na sua história, conectar a democracia e a sociedade civil não poderia ser mais importante porque, de fato, trata-se de um setor que exerceu papel fundamental na luta e resistência contra o autoritarismo e, conseqüentemente, na articulação dos processos de democratização.

Nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, a atuação da sociedade civil é identificada com as ONG, que deram apoio a movimentos sociais populares que estavam protagonizando a luta pela redemocratização do país. Além de darem respaldo às lutas dos movimentos, as ONG geraram cenários variados de participação, destacando novos personagens focados na luta pela queda do regime militar. Foram elas e os movimentos que contribuíram para a reconstrução do conceito de sociedade civil e para inovar nas lutas sociais, inscrevendo minorias políticas como sujeitos ativos de potência (GOHN, 2013). Assim, criou-se não apenas o caminho para a redemocratização, mas também um novo campo ético-político e cultural que, por meio de ações conjuntas e coletivas desenvolvidas em espaços alternativos de expressão da cidadania, foram consolidando a importância da sociedade civil nos processos decisórios.

**NAS DÉCADAS DE 1970
E 1980, NO BRASIL, A
ATUAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL É IDENTIFICADA COM
AS ONG, QUE DERAM APOIO
A MOVIMENTOS SOCIAIS
POPULARES QUE ESTAVAM
PROTAGONIZANDO A LUTA
PELA REDEMOCRATIZAÇÃO**

A efervescência política que caracterizou a década de 1980 e a presença ativa de OSC e movimentos sociais contribuíram para dar um primeiro grande passo na transformação do Estado e para instalar novas regras do jogo entre as esferas política e civil. A luta orientou-se para mecanismos mais eficazes de controle e acompanhamento das políticas públicas, nas fases de formulação e de implementação. Nesse cenário, cresceu a consciência sobre a necessidade de compartilhar a gestão da esfera pública para, assim, alcançar uma participação legítima da sociedade na condução de suas políticas.

Como resultado da dinâmica política instalada, questões específicas – como gênero, etnia e raça, desenvolvimento urbano, meio-ambiente, gestão democrática, infância e adolescência – passaram a ter sua importância redimensionada e, a partir de um acúmulo de discussões promovidas por movimentos sociais e ONG, deram origem a novas concepções, norteando as reivindicações da sociedade civil, finalmente incorporadas na Constituição de 1988.

[...] a Reforma Sanitária que levou a criação do Sistema Único de Saúde [SUS], os diferentes conselhos gestores de políticas de habitação, os direitos da mulher, das pessoas portadoras de deficiências, [...] e outras formas de colegiados e estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade civil, são exemplos vivos da conquista e da força daquela participação organizada. Trata-se de espaços de negociação e de equacionamento de conflitos de interesses, numa gestão democrática, geradora de uma cultura participativa nova na sociedade brasileira (GOHN, 2013, p. 246).

A descentralização político-administrativa e a municipalização do atendimento, determinadas pela Constituição, inauguraram um novo momento na conjuntura política do país, com a formação de órgãos locais participativos. A criação de conselhos tutelares paritários e deliberativos para gerir políticas sociais,

principalmente, contribuíram para dar um novo passo. O modelo estabelecido instalou a corresponsabilidade entre a sociedade e o Estado na formulação, execução e controle de programas e projetos de caráter público.

Entre as iniciativas orientadas para fortalecer o papel da sociedade civil no processo de tomada de decisões – especificamente no rumo das políticas públicas – destaca-se a Lei 9.790/ 1999, das Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Elaborada com estudos, discussões, proposições e diálogo entre diferentes interlocutores da sociedade civil e governos, teve por finalidade implementar uma efetiva estratégia de desenvolvimento social e estimular seu crescimento e fortalecimento, possibilitando uma mudança progressiva no desenho das políticas públicas em todos os níveis.

Entretanto, apesar de décadas de grandes conquistas, a sociedade civil no Brasil teve que enfrentar, no século XXI, novos desafios vinculados não apenas à sustentabilidade política e financeira das organizações e movimentos sociais, como também ataques reputacionais vinculados à sua atuação, principalmente no que diz respeito à mobilização

A CRIAÇÃO DE CONSELHOS TUTELARES PARITÁRIOS E DELIBERATIVOS PARA GERIR POLÍTICAS SOCIAIS, PRINCIPALMENTE, CONTRIBUÍRAM PARA DAR UM NOVO PASSO

e gestão de recursos financeiros. Decerto, essa situação derivou na mortalidade de OSC e ONG que não conseguiram garantir condições mínimas para seu funcionamento.

Conforme a pesquisa Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL)¹, em 2016 havia no Brasil 237 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos e, tomando como referência 2010, houve diminuição de 16,5%, demonstrando um encolhimento quantitativo do setor – inclusive mais pronunciado entre 2013 e 2016, com queda de 14% nas instituições ativas (IBGE, 2019a).

Considerando as condições de estabilidade política e econômica alcançadas em alguns anos de trajetória democrática, com importantes conquistas políticas e sociais, começou a predominar a ideia, por parte de agências de cooperação e fundações filantrópicas internacionais, de que a sociedade brasileira seria capaz de atender às necessidades da sua agenda social de modo endógeno. Se na década de 1990 o financiamento internacional representava 80% dos recursos executados pelas OSC, desde 2000 vem sofrendo redução significativa, com a priorização internacional de outras regiões do planeta. É possível afirmar que a saída do financiamento internacional foi precipitada, já que o vácuo gerado implicou no fechamento de instituições de referência e descontinuou programas estratégicos, provocando impactos negativos na sociedade civil brasileira.

Apesar de ter havido um crescimento significativo do investimento social privado (ISP) e filantropia no Brasil² desde a década de 1990, o setor que atualmente mais mobiliza recursos privados para fins públicos, isso não foi suficiente para instalar dinâmicas sólidas e efetivas para apoiar OSC e movimentos sociais com recursos

locais. De acordo com os dados do Censo GIFE 2018, os associados do setor investiram, em 2018, 3,25 bilhões de reais na área social e

[...] embora a execução direta de projetos próprios ainda prevaleça em volume financeiro, o percentual de recursos destinados a projetos, programas, ações ou gestão de terceiros cresceu de 21% para 35% de 2016 a 2018, atingindo a proporção mais alta da série histórica (GIFE, 2019, p. 45).

Ainda que tenha havido uma mudança expressiva na atuação das organizações filantrópicas locais corporativas e familiares, ainda há uma tendência de baixo investimento de recursos destinados a apoiar as OSC – e ainda menos a organizações de base e movimentos sociais. As tímidas e incipientes práticas de *grantmaking* podem ser explicadas principalmente pela falta de confiança nas OSC, bem como pela ausência de um marco regulatório favorável às doações.

No Brasil, os problemas de reputação da sociedade civil têm se delineado desde 2006, a partir da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o suposto mau uso de dinheiro público, que teria sido repassado a diversas ONG vinculadas ao governo federal, na época em que Luís Inácio Lula da Silva estava na Presidência do Brasil. A chamada CPI das ONG foi criticada desde o início por uma série de especialistas que apontavam uma tentativa de criminalização generalista das OSC, sem de fato buscar melhorar a transparência das relações entre poder público, sociedade civil e suas organizações. A CPI foi, na visão de diversos atores, uma tentativa de boicote à atuação das OSC, colocando em questão sua reputação e trajetória, na medida em que foram associadas a casos de corrupção.

1 A pesquisa usa como fonte primária as organizações sem fins lucrativos cadastradas no Cadastro Central de Empresas (CAGED).

2 No Brasil, diferentemente de outros países, existe uma distinção entre os conceitos de investimento social privado (ISP) e filantropia. A noção de ISP está associada à atuação das empresas no campo social (por meio de institutos e fundações corporativas).

[...] existe, de fato, um estranho recorte de tempo abordado pela CPI, [que] investiga convênios do governo federal com ONGs apenas a partir de 2003. Segundo o TCU, as irregularidades no repasse começaram em 1999, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB)[...]. No documento [em que a ABONG fala sobre a CPI das ONG cita-se que] “[...] se propõe a tratar em uma CPI questões relativas a irregularidades, para as quais o TCU tem instrumentos cabíveis de ajuste e que não necessariamente relacionam-se à má fé no trato do dinheiro público”. [...] as irregularidades foram apontadas em 29 convênios realizados entre o governo e 11 ONGs, distante do universo de quase 300 mil existentes no país (ABONG, 2020).

A CPI das ONG teve repercussões muito negativas, instalando na opinião pública (incentivada pela mídia) a ideia de que elas seriam meras ferramentas para lavagem de dinheiro, gerando um clima de descrédito do trabalho desempenhado pela sociedade civil e causando danos permanentes de tanto confiança da população e de financiadores.

No intuito de melhorar a transparência da atuação das ONG, houve visíveis esforços durante a gestão da Presidenta Dilma Rousseff. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), de 2014, estabeleceu um novo regime jurídico para celebração de parcerias, estimulando a gestão pública democrática e a valorização das organizações enquanto aliadas na garantia e efetivação de direitos. A desburocratização do processo de prestação de contas, a transparência na aplicação dos recursos públicos e a possibilidade de maior planejamento para execução das etapas da parceria são alguns dos avanços conquistados.

Decerto existem diversas análises e visões sobre o relacionamento entre o Estado e as OSC já que, para alguns, foi criado um espaço aberto de diálogo; para outros, essa dinâmica implicou num afastamento expressivo inclusive porque, com algumas exceções, não houve um apoio significativo às OSC e movimentos.

Também é importante destacar que, no contexto do vácuo do financiamento instalado pela retirada da filantropia e cooperação internacional, a partir dos anos 2000, começaram a surgir fundos locais com a finalidade de apoiar as demandas da sociedade civil. Certamente, essas organizações impulsionaram um processo de transformação não apenas da filantropia brasileira, mas também da sociedade civil, por se tornarem uma alternativa efetiva de financiamento e fortalecimento de pequenas e médias organizações e de movimentos que atuam principalmente no campo dos direitos. A sua capacidade de apoiar causas estratégicas, de entender o cenário, as redes locais e as agendas prioritárias, de dar respostas rápidas, e a sua capilaridade e alcance de atuação, representaram estratégias inovadoras.

A pesquisa Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil informa que, em 2016, existiam 820 mil³ OSC com CNPJ ativos no Brasil (IPEA, 2018) que acompanhavam, de forma geral, a distribuição populacional no país: no Sudeste, 40% das organizações, seguida pela região Nordeste (25%), Sul (19%), Centro-Oeste (8%) e Norte (8%). As organizações que tinham a finalidade de desenvolver e defender direitos e interesses básicos, assim como as organizações religiosas, eram as mais numerosas (mais de 60%). Com relação ao financiamento das OSC, a pesquisa aponta, desde 2016, uma redução acentuada do repasse de recursos por parte do Estado.

A partir de 2016 os valores reduziram-se de modo acentuado, devido à redução das transferências para OSCs da finalidade de atuação desenvolvimento e defesa de direitos e interesses, principalmente. Esta mudança ampliou o percentual que coube às OSCs de maior porte, que estão na área de saúde (IPEA, 2018, p. 25).

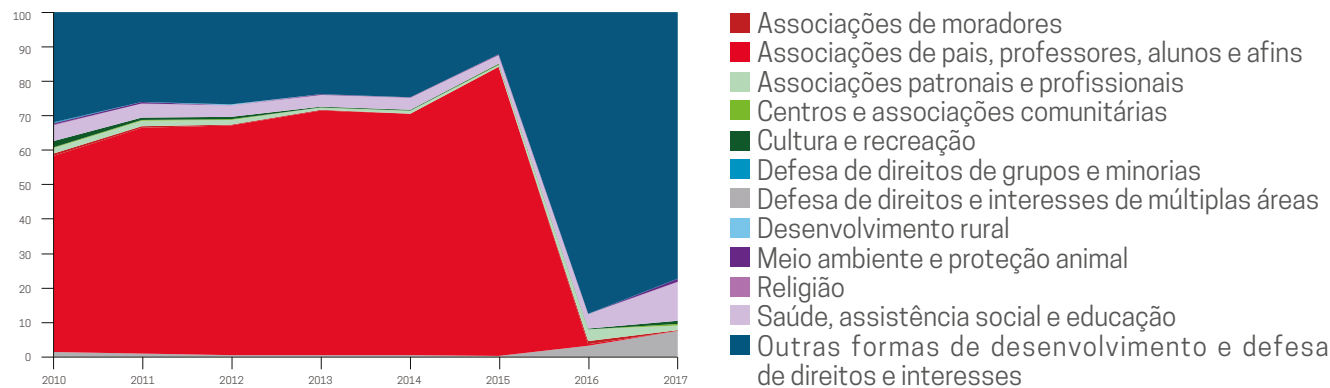
Dos repasses que aparecem no Orçamento Geral da União, 38% é destinado para organizações de direitos e interesses, mas a maioria é para investimento em auxílios diretos como alimentos, produtos de higiene

³ Esta pesquisa do IPEA tem base de dados diferente da pesquisa FASFIL (IBGE, 2019a). O IPEA considera como fonte primária o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), da Secretaria da Receita Federal (SRF), referente a 2016, e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), de 2010 a 2015, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cobrindo maior amostra.

etc. Para instituições da sociedade civil que agem em defesa dos direitos de grupos e minorias políticas, foi

repassado um valor inexpressivo de recursos entre 2015 e 2017 (Figura 1).

Figura 1 – Transferências voluntárias anuais para OSC do grupo de “defesa de direitos e interesses de minorias”, por finalidade de atuação (em %), 2010-2017



Fonte: IPEA (2018).

Os dados apresentados pelo IPEA (2018) mostram, desde o início do século XXI, uma tendência de encolhimento do espaço da sociedade civil na área de defesa de direitos e interesses. No mesmo sentido, um trabalho da Funders Initiative for Civil Society com dados de 2019 (FICS, 2020) aponta que o espaço civil se fechou de forma mais proeminente, no mundo inteiro, a partir de uma onda de leis restritivas às ONG, fenômeno observado desde 2010⁴. Essas leis, de forma geral, se concentram em regulamentar o setor no que diz respeito ao financiamento advindo do exterior.

Duas décadas de “guerra contra o terror” fizeram a causa dos direitos humanos universais regredir gerações, e a eficácia do arcabouço internacional de direitos humanos, há muito visto como o principal viabilizador do espaço cívico e de outras liberdades políticas, agora está sendo questionada — e sistematicamente contestada por seus detratores. Muitos lamentam o fim de uma Organização das Nações Unidas (ONU) “inefcaz” e de uma ordem multilateral “obsoleta” — caracterizada, por exemplo, por acusações de viés e tratamento desigual pelo Tribunal Penal Internacional e pela captura política ou

deterioração de instituições-chave — e, no entanto, a vontade política de promover uma reforma está silenciada (FICS, 2020, p. 7).

Nesse contexto regressivo e conservador, a sociedade civil e as OSC tem sido alvos de atores governamentais e não governamentais nas mais variadas partes do mundo. Desde a posse de Jair Bolsonaro em 2018, o presidente tem mantido um esforço constante em disseminar suspeitas genéricas acerca da atuação das ONG, reeditando o descrédito ao setor instalado desde a CPI. Bolsonaro já alegou que a disponibilidade de recursos externos destinados às ONG locais subverte o compromisso dessas organizações, colocando em xeque os interesses nacionais. Decerto, o presidente fazer referências constantes à atuação das ONG indica o papel fundamental que essas organizações desempenham, principalmente ao questionar os retrocessos instalados no contexto do seu governo nas áreas de direitos humanos, ambientais e animais. O problema é que suas acusações chegam a extremos, como responsabilizar as ONG pelos incêndios da Amazônia (ocorridos em 2020),

⁴ A América do Norte é responsável por 80% do investimento em OSC e da filantropia global, e 72% das organizações da filantropia no mundo enfrentam desafios de sustentabilidade político-econômica (WINGS, 2018).

comprovadamente causados de forma criminosa por agropecuaristas e garimpeiros.

2 O CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

A pandemia da Covid-19 colocou em evidência, tanto no Brasil como em escala planetária, as profundas desigualdades sociais que afetam prioritariamente minorias políticas e grupos vulneráveis. No Brasil, as medidas de isolamento social para conter os contágios, adotadas no início de 2020, implicaram a emergência de uma crise econômica e social sem precedentes, que reforçaram ainda mais as desigualdades. A histórica e aguda situação de injustiça social que afeta minorias políticas – como população negra; moradores de favela e periferias dos grandes centros urbanos; população LGBTI+; povos originários e indígenas; população pobre e de baixa renda – os fez, diante da pandemia, lutar pela sobrevivência de forma ainda mais urgente.

Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2019, o Brasil é o sétimo país do mundo com maior desigualdade social. Caiu cinco posições no *ranking* de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵, passando do 79º para o 84º lugar entre 189 países. Ocupa, ainda, as primeiras posições em crimes de direitos humanos: as forças policiais assassinam um jovem negro a cada 23 minutos (WAISELFISZ, 2016), e, durante a pandemia, as ações violentas nas áreas de favelas e periferias urbanas têm se tornado ainda mais frequentes (MUÑOZ, 2020). A cada dois minutos uma mulher é agredida no país (ISP, 2019), sendo que esses casos aumentaram 59% durante os períodos mais rígidos de distanciamento social. O Brasil tem o maior número de assassinatos de pessoas LGBTI+, grupos indígenas, ativistas ambientais e defensores de direitos (ISP, 2019), entre outras minorias políticas.

O primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi registrado em 25 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, em um homem que havia retornado da Itália. O primeiro óbito, na cidade do Rio de Janeiro, decorrente de infecção comunitária, evidenciou de forma nítida como os impactos da pandemia seriam de caráter desigual no país. A vítima era uma mulher de 63 anos, empregada doméstica na Zona Sul da cidade, que contraiu o vírus dos seus empregadores chegados de uma viagem ao exterior.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como uma pandemia. Nesse momento, o Brasil registrava 34 casos, todos advindos de contágios do exterior e concentrados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, a alta taxa de transmissão da doença e a rapidez na propagação de contágios comunitários fez com que os poderes públicos, em níveis estaduais e municipais, implementassem medidas de distanciamento social voltadas ao seu controle, procurando conter a

A PANDEMIA DA COVID-19 COLOCOU EM EVIDÊNCIA, TANTO NO BRASIL COMO EM ESCALA PLANETÁRIA, AS PROFUNDAS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM PRIORITARIAMENTE MINORIAS POLÍTICAS E GRUPOS VULNERÁVEIS

⁵ O IDH é um indicador que mede o progresso dos países em saúde, educação e renda.

propagação do vírus e aumentar a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS). Quase todos os órgãos administrativos públicos optaram por regimes de trabalho semipresenciais ou totalmente remotos para auxiliar o achatamento da curva de contágio (com exceção dos serviços essenciais) – fato que só ocorreu no primeiro mês da pandemia no Brasil (CIMINI et al., 2020). As instituições de ensino fecharam suas portas, assim como os serviços não essenciais⁶, situação que criou um grande impacto econômico, principalmente altas taxas de desemprego⁷ decorrentes de demissões em massa e falta de meios de geração de trabalho e renda (IBGE, 2020). O panorama ficou ainda mais grave com a ausência de qualquer medida governamental de ajuda humanitária e social.

A paralisação das atividades nas instituições de ensino alastrou a fome nas famílias brasileiras que dependiam das refeições dadas nas escolas para garantir a alimentação das crianças. A falta de iniciativas de auxílio às populações mais pobres as deixou em situação de vulnerabilidade extrema. Assim, a Covid-19 demonstrou como seria fundamental contar com políticas públicas de distribuição de renda mínima voltadas a mitigar os efeitos da crise.

Na noite de 24 de março de 2020, Jair Bolsonaro fez um pronunciamento em cadeia nacional subestimando a crise e desaprovando as medidas de distanciamento social defendidas até então pelo Ministério da Saúde e adotadas pela maioria dos governos estaduais e municipais. Nesse dia, o Brasil registrava 2.201 casos de Covid-19 e 46 óbitos pela doença. Como consequência dos posicionamentos negacionistas do presidente

e da crise econômica e social advinda das medidas de distanciamento social, dois ministros da saúde deixaram o cargo entre abril e maio de 2020. Assumiu, então, um militar, Eduardo Pazuello, um homem sem qualquer conhecimento do campo da saúde pública. Sem políticas integradas e articuladas, e com um ministro sem capacidade de atuar na implementação de medidas e na coordenação política para enfrentar a pandemia, estados e municípios passaram a liderar as providências para conter a transmissão do novo coronavírus. Os governos estaduais e municipais foram os que arcaram com os ônus do fechamento de todas as atividades não-essenciais enquanto buscavam ampliar a resposta do SUS.

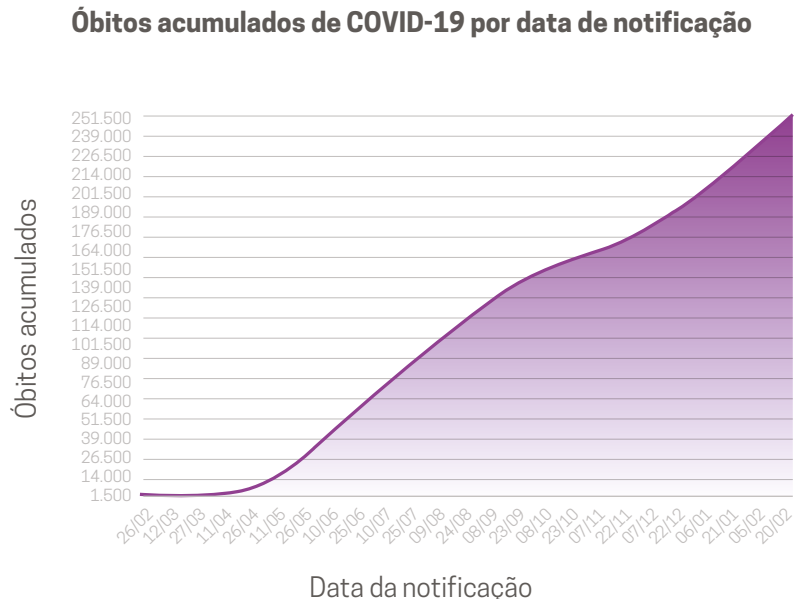
Desde então, o Brasil tornou-se o principal centro da doença na América Latina [...]. O Ministério da Saúde [...] não oferece respostas significativas para achatamento da curva e concentra suas ações nos repasses financeiros para estados e municípios [...]. A proposta de mudança na metodologia de contagem de casos prejudica o acompanhamento da evolução da doença e é tida como manobra para desacreditar publicamente a gravidade da crise e acelerar a flexibilização do distanciamento social. Foi necessária ação do Supremo Tribunal Federal [STF] para que o Ministério da Saúde restabelecesse a divulgação integral dos casos na plataforma oficial (CIMINI et al., 2020, p. 3).

Conforme uma nota técnica divulgada pelo IPEA (2020), a partir de abril de 2020 foi reduzido o rigor das medidas de distanciamento implementadas pelos municípios. A Figura 2 ilustra a progressão no número de óbitos desde o início da pandemia, refletindo os problemas de gestão apontados.

⁶ Não houve uma articulação nacional, mas, de forma geral, um grupo significativo de governadores e prefeitos decretou que serviços não essenciais fossem suspensos e locais fechados, sem atendimento direto ao público.

⁷ Segundo o IBGE (2020), o Brasil terminou o ano de 2020 com 14 milhões de desempregados, quase 4 milhões a mais do que no mês de maio.

Figura 2 – Óbitos acumulados por Covid-19 no Brasil, fevereiro/2020 a fevereiro/2021



Fonte: Brasil, 2020.

Os discursos do presidente Jair Bolsonaro questionando as recomendações da OMS e, posteriormente, defendendo o uso de remédios como a cloroquina, sem nenhum embasamento científico, colocaram em evidência a adoção progressiva do posicionamento nitidamente negacionista e genocida do governo federal. Com isso, alguns setores da população, apoiadores do presidente, organizaram, entre maio e junho de 2020, um conjunto de manifestações contra o STF e o Congresso Nacional, instituições que se posicionaram a favor de medidas de profilaxia da Covid-19. De acordo com Danowski,

[...] o negacionismo é um fenômeno complexo e grave, que pode ser abundantemente constatado nos dias de hoje, e que, sob suas muitas formas, tem um papel central na compreensão da paralisia cognitiva, psíquica e política diante da realidade e dos problemas que atravessam o cenário atual (2020, p. 4).

Segundo a autora, nos últimos meses de 2020, no Brasil (assim como em outras partes do mundo), prevaleceu a sensação do país ter submergido não só na negação e no negacionismo de boa parte da classe política, da intelectualidade e da população de modo geral (as *fake news*, a inversão ou a negação da verdade), mas no próprio desejo de morte e extermínio de qualquer forma de alteridade, o que é a mola propulsora de todo fascismo ou regime autoritário. Na mesma perspectiva, Mbembe afirma que o negacionismo está relacionado à noção de **necropolítica**, o poder de “ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Com esse termo, a proposta do autor é demonstrar as várias formas pelas quais, no mundo contemporâneo, existem estruturas com o objetivo de provocar a destruição de alguns grupos específicos, principalmente de minorias políticas. Com base no biopoder⁸ e em suas tecnologias para controlar

⁸ Biopoder é um termo criado originalmente pelo filósofo francês Michel Foucault (2010) para referir-se à prática dos Estados modernos e sua regulação dos que a ele estão sujeitos por meio de uma “explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações”.



populações, o “deixar morrer” se torna aceitável. Porém, o corpo “matável” não se aplica a todos, mas apenas “àqueles que estão em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça”, afirma o autor (2019, p. 43). É um conceito potente que serve para analisar o cenário brasileiro, principalmente com relação à ausência de políticas públicas integradas para combater a pandemia e mitigar os efeitos devastadores da decorrente crise.

As taxas de contaminação e mortes por Covid-19 são maiores entre as populações mais pobres; as mulheres foram as que mais perderam empregos durante a pandemia em todo o mundo; e a população negra foi a que mais se contaminou e teve o maior índice de mortes. Além disso, a pandemia fez com que os 10 maiores bilionários do mundo ficassem mais ricos, enquanto os pobres ficaram mais pobres (OXFAM, 2021).

O autoritarismo e a necropolítica do governo de Bolsonaro vêm atuando no sentido de aumentar o controle do Estado, impondo poderes de emergência, ignorando os direitos humanos e aumentando a vigilância estatal, sem muita preocupação com limites legais e institucionais. Além disso, a liberdade de imprensa tem sido constantemente colocada em risco a partir de ataques permanentes a jornalistas e meios de comunicação; a sociedade civil vem sendo ameaçada e questionada, envolvendo principalmente as minorias políticas que, além do mais, foram deixadas sem proteção e, portanto, afetadas por práticas necropolíticas.

A série de pronunciamentos de Bolsonaro colocando em descrédito a ciência e profissionais da saúde que atuam no enfrentamento da Covid-19 também provocou no país e no mundo uma onda de desinformação perigosa que, no contexto da pandemia, recebeu o nome de **desinfodemia**. A pandemia paralela de desinformação sobre a Covid-19 afeta de forma direta e significativa as vidas das pessoas e os meios de subsistência

existentes em todas as partes do mundo (UNESCO, 2020). As notícias falsas têm se mostrado mortais, uma vez que instalam dúvidas e comportamentos que afetam diretamente escolhas pessoais e políticas. Embora a desinformação não seja a grande novidade dessa pandemia – já que foi um recurso político destacado que levou à eleição de Bolsonaro em 2018 –, a desinfodemia da Covid-19 levou ao questionamento da ciência médica e biológica; à crescente desconfiança das autoridades governamentais e das instituições democráticas; à polarização dos debates; e à criação de obstáculos na disseminação de conhecimentos profiláticos (como uso de máscaras e riscos da aglomeração), em detrimento do benefício social geral.

As motivações para a desinformação são diversas. [...] podem ser para ganhar dinheiro, obter vantagem política, minar a confiança, transferir a culpa, polarizar as pessoas e prejudicar as respostas à pandemia. Por outro lado, alguns fatores determinantes podem ser a ignorância, os egos individuais ou uma intenção equivocada de ajudar. A desinformação [...] pode ser compartilhada por indivíduos, grupos organizados, alguns meios de comunicação e canais oficiais – de maneira premeditada ou não (UNESCO, 2020, p. 5).

É nesse cenário que se dá a atuação da sociedade civil, cujas organizações (OSC, ONG e movimentos) buscaram não apenas contestar a necropolítica e o negacionismo a partir da construção de agendas políticas e da articulação em redes, mas também dar resposta à crise. De acordo com Foucault (2015), se há uma relação de poder, há a possibilidade de resistência. Poder e resistências se enfrentam a partir de táticas múltiplas e cambiantes, e é com isso que se pode interpretar o surgimento de iniciativas de organizações de base comunitária e da sociedade civil como autênticas manifestações de questionamento e recusa. Assim pode-se entender o papel de destaque que as organizações, movimentos e coletivos sociais tiveram no enfrentamento da pandemia.

De acordo com essa visão, o auxílio emergencial econômico outorgado pelo governo federal em 2020 não pode ser entendido como uma dívida do poder público ou como uma articulação espontânea do Ministro de Economia, Paulo Guedes, mas sim como resultado de uma importante estratégia de coordenação desse setor, cujas organizações – Nossas, Coalizão Negra por Direitos, União de Núcleos para a Educação Popular, junto com outras que integram o Pacto pela Democracia, um grande articulador da iniciativa – iniciaram um movimento em prol do auxílio, em articulação com deputados e senadores, mobilizando uma rede que envolveu 163 instituições.

A petição dessas organizações, exigindo a distribuição de renda básica e emergencial, atingiu rapidamente meio milhão de assinaturas e o endosso de mais de dois mil *youtubers* – alguns com milhões de seguidores. Por fim, depois de muitas negociações envolvendo o governo federal e o Congresso, conquistou-se o auxílio emergencial de três parcelas de 600 reais e

outras três de 300 reais, entre junho e dezembro de 2020, podendo atingir um máximo de dois CPF por família.

A sociedade civil não teve um papel protagonista apenas no combate à pandemia, mas também na busca de articulações e respostas para mitigar seus efeitos, tanto com a mobilização de doações, quanto com a execução de iniciativas nas áreas de assistência humanitária, ajuda emergencial, comunicação e produção de conhecimentos e defesa de direitos.

3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS OSC BRASILEIRAS

Uma das respostas visíveis da sociedade brasileira no contexto da pandemia foi a mobilização de fundações, empresas, famílias e indivíduos com grandes fortunas que fizeram doações sem precedentes, em termos de volume e celeridade, para dar resposta à crise humanitária e social instalada, em uma dimensão inédita no Brasil. No início da crise, entre março e maio de 2020, o país viveu um *boom* de doações, capitaneado por campanhas de arrecadação, *lives* beneficentes de artistas e, sobretudo, grupos empresariais. Em dois

meses, foram arrecadados mais de R\$ 5 bilhões para fundos e instituições e, embora entre maio e agosto de 2020 o volume doado tenha diminuído, houve um salto no número de pessoas doadoras. Também foi possível observar uma importante mobilização e adequação de fundações empresariais e empresas que criaram ou expandiram seus programas internos de investimento social. O

A SOCIEDADE CIVIL NÃO TEVE UM PAPEL PROTAGONISTA APENAS NO COMBATE À PANDEMIA, MAS TAMBÉM NA BUSCA DE ARTICULAÇÕES E RESPOSTAS PARA MITIGAR SEUS EFEITOS

ineditismo da mobilização da filantropia brasileira no contexto da pandemia destoa da trajetória histórica do setor: até 2019, o país sempre aparecia na metade mais baixa dos *rankings* que analisam a força da filantropia em cada país. Em 2017, o Brasil teve o pior desempenho já registrado no World Giving Index, o *ranking* global de solidariedade, saindo da posição de número 75 e ficando na de 122 no *ranking* geral, que apresenta 146 países (CAF, 2020).

Além disso, surgiram uma série de iniciativas relacionadas a fornecer informações sobre os campos do investimento social e da filantropia, com diversos estudos e pesquisas⁹ voltados a mapear tendências, doações e experiências que pudessem ajudar a analisar o cenário e os impactos gerados na sociedade brasileira¹⁰. Uma delas é o projeto Emergência Covid-19, desenvolvido para contribuir com a produção, a coordenação e a disseminação de respostas da filantropia, do investimento social e da sociedade civil para uma maior efetividade das ações de enfrentamento dos impactos da pandemia no Brasil (GIFE, 2021). O projeto compila informações relevantes para o campo, auxiliando o compartilhamento de experiências e de referências de atuação.

Em agosto de 2020, foi publicado o relatório “Impacto da Covid-19 nas OSC brasileiras: da resposta imediata à resiliência”. O estudo buscou compreender de que forma o setor planejou o desenvolvimento de ações e se prepara para enfrentar o cenário pós-crise. Com base na elaboração de um questionário destinado às OSC, foi reunido um conjunto de informações estratégicas sobre o setor a partir de 1.760 respostas válidas recebidas. Segundo

NO CONTEXTO DA PANDEMIA A SITUAÇÃO SE AGRAVOU, UMA VEZ QUE 65% DAS OSC BRASILEIRAS APONTARAM UMA DIMINUIÇÃO DE ACESSO A RECURSOS FINANCEIROS

o estudo, desde 1990 as OSC brasileiras já encaravam desafios relacionados à sustentabilidade financeira devido, em grande parte, aos problemas enfrentados na mobilização de recursos. No contexto da pandemia a situação se agravou, uma vez que 65% das OSC brasileiras apontaram uma diminuição significativa de acesso a recursos financeiros; 73% alegaram enfraquecimento durante a pandemia, adaptando suas atividades para formatos não presenciais ou outros, a fim de economizar recursos; 69% afirmaram precisar de recursos para manter custos operacionais; e 46% indicaram depender de engajamento social comunitário para apoiar as populações vulneráveis ou vulneradas. O que é preocupante é que 44% das OSC mencionaram a diminuição de voluntários ativos e 40% mencionaram estresse e sobrecarga da equipe (MOBILIZA e REOS PARTNERS, 2020). Fortalecidas pelas doações foram OSC da área de saúde e as que apresentavam orçamentos anuais superiores a 3 milhões de reais. Trata-se, então, de um padrão de doação que fortalece prioritariamente as grandes OSC, mas não médias e pequenas que, normalmente, são as que envolvem minorias políticas, atuam em seus próprios territórios, dentro de suas próprias comunidades, sem apoio ou aval de grandes fundações e/ou de especialistas.

Porém, mesmo diante de uma crise de financiamento, essas organizações não cessaram seus trabalhos, mas reinventaram estratégias de ação diante da urgência. A emergência mobilizou diversos setores da sociedade civil, principalmente organizações de base comunitária, em diversos territórios. Assim, muitas ONG e organizações vinculadas à filantropia local, que antes pensavam em médio e longo prazos, tiveram que responder de forma imediata à urgência imposta pela crise socioeconômica, sanitária e organizacional originada no contexto da pandemia. O estudo da Mobiliza e Reos Partners (2020) indica que 87% das OSC ofereceram/ estão oferecendo atendimento a populações vulneráveis que se encontram em situação de risco, desde distribuição de produtos de

⁹ Para um aprofundamento sobre as pesquisas desenvolvidas no contexto da pandemia, consultar Barroso (2020).

¹⁰ São exemplos: Monitor das Doações (ABCR, 2020b) e Relatório dos Primeiros 60 Dias (PONTE-A-PONTE, 2021).

higiene e de alimentos, até atividades de prevenção ou conscientização. Certamente, sem a atuação deste setor, os impactos da crise teriam sido ainda piores.

Esse descompasso entre o volume dos recursos mobilizados e a falta de apoio com doações à sociedade civil, apesar de ser um fenômeno preocupante, não surpreende, levando em conta que a atuação do setor filantrópico corporativo, familiar e das grandes fortunas não tem instalado, de forma sólida, práticas de apoio à sociedade civil (*grantmaking*) e, portanto, não costuma doar para terceiros.

Em lugares como o Brasil e o sul global, onde os sistemas social e de saúde colapsaram, as dinâmicas colaborativas e de ajuda mútua conduzidas por movimentos e organizações sociais comunitárias são mais importantes do que nunca e precisam ser fortalecidos pois estão, de fato, mobilizando suas redes e territórios para dar resposta à crise sanitária, humanitária, social e econômica, principalmente para grupos vulneráveis. Fazer com que esses recursos cheguem rapidamente nas bases, nas comunidades e nos atores estratégicos que

FAZER COM QUE ESSES RECURSOS CHEGUEM RAPIDAMENTE NAS BASES, NAS COMUNIDADES E NOS ATORES ESTRATÉGICOS QUE ATUAM NO ENFRETEAMENTO DA COVID-19 É DE GRANDE POTÊNCIA TRANSFORMADORA

atuam no enfrentamento da Covid-19 é de grande potência transformadora. E, certamente, esses recursos doados nas bases têm efeito multiplicador relevante na medida em que podem alavancar e potencializar outras iniciativas (campanhas de doação comunitária, por exemplo).

Esse caminho também amplia as possibilidades de contar com o protagonismo e o poder de decisão das comunidades na mobilização e investimento de recursos locais em áreas e iniciativas consideradas prioritárias, fortalecendo a autonomia da sociedade civil e dando espaço para a criação de dinâmicas inovadoras no campo da filantropia comunitária.

4 A RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL: COMUNIDADES DE PRÁTICAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS INOVADORAS

No contexto da pandemia, a sociedade civil se encontrou diante de uma emergência provocada tanto pela ausência de políticas públicas como pelo vácuo no financiamento. Apesar da crise instalada, as OSC, movimentos, grupos e agentes nos territórios criaram respostas e buscaram soluções a partir do desenvolvimento de um conjunto diversificado de iniciativas e ferramentas.

A pluralidade de casos de respostas foi imensa. Para este estudo, foram selecionados casos considerados emblemáticos por representarem tecnologias sociais inovadoras e/ou por integrarem comunidades de práticas com potencialidade de multiplicação¹¹. São casos com tecnologias e práticas sociais desenvolvidas, pensadas e multiplicadas por pessoas, movimentos, grupos e comunidades de base para dar resposta aos problemas enfrentados pelas populações locais nos seus próprios territórios. Sem hierarquização de pensamento, sem imposição de especialistas com soluções prontas. São casos emblemáticos por serem experiências desenvolvidas por minorias políticas que podem ser replicáveis e/ou servir como inspiração para diversos contextos.

11 Entendidas como "um grupo de pessoas [que] se unem em torno de um mesmo tópico ou interesse. Essas pessoas trabalham juntas para achar meios de melhorar o que fazem, ou seja, na resolução de um problema na comunidade ou no aprendizado diário, [com] interação regular" (WENGER et al., 2014, p. 1).

4.1 Paraisópolis: mobilização de lideranças e atores locais para atuar nas comunidades

De acordo com a análise realizada pelo Instituto Pólis, em territórios considerados precários, as formas de organização comunitária predominam no controle da Covid-19 e vem sendo a resposta mais efetiva para enfrentar a crise. É o caso de Paraisópolis, uma das maiores favelas do Brasil, localizada na cidade de São Paulo, que conta com mais de 70 mil habitantes (IBGE, 2019b) e uma densidade demográfica de 61 mil habitantes/km². O esforço de Paraisópolis

[...] fez com que a favela apresentasse, em 18 de maio de 2020, taxa de mortalidade por Covid-19 de 21,7 pessoas por 100 mil habitantes, enquanto a Vila Andrade como um todo registrava 30,6 mortes a cada 100 mil habitantes. O índice também está abaixo da média municipal (56,2) e de outros distritos vulneráveis como Pari (127), Brás (105,9), Brasilândia (78) e Sapopemba (72) (INSTITUTO PÓLIS, 2020, p. 1).

Foi a Associação de Moradores de Paraisópolis que, logo no início dos primeiros casos confirmados de Covid-19 em São Paulo, se organizou para tentar impedir que a doença dizimasse a favela, já prevendo que as políticas de saúde não abarcariam ou protegeriam suficientemente a população local. Em primeiro lugar, criou-se o sistema de “presidentes das ruas”, pessoas responsáveis por identificar indivíduos e famílias com sintomas de Covid-19 e desenvolver atividades para conscientizar a população sobre o vírus e os cuidados necessários para a profilaxia da doença. Arrecadaram e distribuíram cestas básicas, combateram *fake news* e foram capacitados para dar encaminhamento correto aos que apresentassem sintomas.

Para dar suporte ao sistema de presidentes (420 no total, cada um fiscalizando 50 casas), a comunidade contratou ambulâncias ativas 24h, médicos e enfermeiros capacitados, com equipamentos aptos para tratar sintomas graves da Covid-19. Além disso,

240 moradores treinaram socorristas para apoiar as 60 bases de emergência onde havia bombeiros civis. Por fim, foram utilizadas duas escolas públicas, solicitadas e cedidas pelo governo estadual, para garantir o isolamento de pessoas infectadas, principalmente as de famílias numerosas e/ou moradoras de casas pequenas.

Tratou-se de uma experiência de organização social autogestora, horizontal e comunitária. As estratégias de comunicação também foram prioritárias e centrais, bem como a garantia de prover alimentação e acesso a cuidados profiláticos para a população local. A organização e o envolvimento da comunidade foram fundamentais para o controle das taxas de contágio e mortalidade em 2020.

4.2 Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): indígenas frente à pandemia

“Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra” (Davi Kopenawa Yanomami, s. d.)

Os casos de Covid-19 nas populações e indivíduos indígenas são superiores aos notificados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que tem contabilizado somente casos em terras indígenas homologadas. De acordo com os dados oficiais, 35.897 indígenas teriam contraído Covid-19, em contraste com a compilação realizada pela APIB, que contabilizava 41.794 infectados em 15/12/2020 (APIB, 2020). Quanto aos óbitos, os dados oficiais indicam 501 mortes por Covid-19, contra 894 da APIB, alcançando no mínimo 161 povos indígenas.

Diante da subnotificação dos casos indígenas em dados oficiais, a APIB vem realizando um levantamento independente sob responsabilidade do Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena e das organizações indígenas de base que integram a associação. Trata-se, então, de uma estratégia de comunicação voltada

a fazer visível aquilo que é invisível, por meio de metodologias, estratégias e ferramentas próprias de comunicação para dar a conhecer informações que o governo e as mídias tradicionais não mostram.

Houve também denúncias sobre a falta de estrutura do sistema de saúde público especializado nos povos originários brasileiros e denúncias de cataclismo biológico¹², dado que os próprios profissionais da saúde (ligados ao governo ou à Fundação Nacional do Índio, FUNAI) podem ter levado o vírus a tribos e povos isolados e causado ondas de contágio significativas nas comunidades indígenas.

Além de atuar como rede, a APIB divulga ações e campanhas desenvolvidas por cada tribo, que variam entre a doação de cestas básicas de alimento e itens de higiene; e itens para a comunicação (tanto de infraestrutura como tecnologia que permita criar conteúdo informativo e difundi-lo). A unificação de dados e a articulação conjunta frente à crise sanitária é de extrema importância diante do cenário apavorante de avanço sobre terras indígenas por parte do governo federal, agronegócio e indústrias extrativistas.

Um [banco de iniciativas](#) das tribos que integram a APIB mostra variadas e múltiplas ações.

4.3 Rio contra o Corona: articulação em rede

O Rio Contra o Corona é uma iniciativa que surgiu das articulações do Movimento União Rio¹³. São três organizações gestoras que trabalham de forma voluntária e em rede: o Instituto Phi recebe as doações financeiras; o Banco da Providência compra os insumos para doação e os transporta para o local onde serão distribuídos; e o Instituto Ekloos articula o recebimento dos insumos e sua distribuição para a população por meio de organizações locais.

De março a novembro de 2020, a iniciativa conseguiu arrecadar o montante de R\$ 24.657.076,64 advindo de 6.956 doadores, beneficiando um total de 309.794 famílias em 237 comunidades. Aqui, há não somente a ação da sociedade civil articulando-se para a garantia dos direitos básicos da população (ajuda humanitária e assistencial), mas a importância de articulação em rede, ampliando o alcance do trabalho, gerando ações colaborativas e fortalecendo o ecossistema da sociedade civil brasileira com novas potencialidades e parcerias.

4.4 Casa Nem: população LGBTI+ diante da pandemia

A Casa Nem acolhe pessoas LGBTI+ expulsas¹⁴ de casa ou sem local para morar. A rotina da Casa Nem, com base no Rio de Janeiro, no bairro de Flamengo, mudou: “Interrompemos as atividades no dia 13 de março, quando lançamos a primeira nota cancelando os cursos de idiomas e todas as atividades externas que a casa participa”, conta a profissional do sexo Indianarae Siqueira, 49 anos, fundadora da instituição. Logo depois, os moradores fecharam o prédio, mantendo apenas algumas atividades, como as oficinas de costura de máscaras de proteção, organizadas para que os moradores pudessem ter uma fonte de renda durante a crise econômica.

O quarto andar da Casa Nem foi modificado de forma a se transformar num espaço de quarentena, tanto para nove moradores, quanto para possíveis pessoas infectadas. Indianarae conta que todas as pessoas que entram no local precisam higienizar os calçados e trocar de roupa, inclusive moradores e funcionários responsáveis por serviços essenciais, como psicólogos, que não tiveram interrupção na rotina de trabalho. O cuidado redobrado foi essencial para manter

12 “Cataclismo biológico” foi uma expressão utilizada pelo antropólogo Henry F. Dobyns (1966) para descrever o efeito das epidemias trazidas pelos invasores europeus nas populações ameríndias.

13 É um movimento voluntário da sociedade civil do Rio de Janeiro, que reúne pessoas e ONG sérias e comprometidas com o estado. Os voluntários fizeram um levantamento das principais demandas para reduzir os impactos da atual pandemia da Covid-19.

14 Aqui é utilizada a linguagem inclusiva, uma vez que é utilizada pela população LGBTIQ+, residentes da Casa Nem.

a casa de acolhida livre de confirmações de Covid-19, dentro do possível.

A Casa Nem, que atualmente tem 60 residentes, não interrompeu o acolhimento de nove moradores por entender que, nesse contexto, mais LGBTI+ poderiam precisar de abrigo. A cada dois dias, os moradores faziam uma reunião para entender a realidade da pandemia. Quem precisa sair, só sai se estiver com máscara e luva, para não contaminar ninguém. Explica Indianarae:

Além de não haver redução no número de moradores, tivemos um aumento nos atendimentos externos. Atualmente estamos com 700 [...], com distribuição de cestas básicas, máscaras, kits de limpeza e de higiene pessoal.

Indianarae traz a experiência contra doenças graves da década de 1980, quando a população LGBTI+ enfrentou a epidemia do HIV/AIDS. Assim, sua resposta diante da Covid-19 não é uma iniciativa criada do zero. Com ações variadas, como capacitações, organização interna para continuar o acolhimento de nove moradores e distribuição de cestas básicas, a Casa Nem preenche a lacuna que as políticas públicas de gênero e sexualidade não foram capazes de implantar no contexto da pandemia.

4.5 LabJaca: população negra e da favela fala, age e produz diante da Covid-19

A mídia tradicional não costuma abordar o que ocorre nas favelas e periferias urbanas a partir do olhar dos seus moradores. No entanto, diversos coletivos de comunicação comunitária (envolvendo pontos de mídia livre e midiálistas) começaram a atuar para produzir conteúdo e informação em nível local, criando mídias e narrativas próprias das comunidades, contestando, assim, os veículos de mídia tradicional.

O LabJaca é um laboratório que se ocupa de geração de dados e recuperação de narrativas sobre a

favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A iniciativa surgiu na pandemia com o agrupamento de seis jovens negros, que passaram a produzir dados confiáveis sobre educação, segurança pública e saúde na favela em que moram. Inicialmente, assim como muitas OSC, o grupo começou fazendo a distribuição de insumos básicos para moradores da favela, mas, em meio a tantos questionamentos sobre os dados oficiais produzidos sobre a pandemia, decidiram colocar o foco na produção de informações a partir de pesquisas. Segundo Bruno Sousa, pesquisador do LabJaca,

Os números da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro apontavam menos de 10 casos suspeitos em toda a favela e nenhum caso confirmado. Já o levantamento da nossa equipe revelava dezenas de casos suspeitos e muitos casos suspeitos graves, que não foram confirmados por falta de teste. Os dados que acabamos produzindo confrontavam diretamente os dados “oficiais”, apresentando números muito maiores. No geral, é o que acontece quando os dados são produzidos por organizações que atuam na garantia dos direitos humanos. Mostrar para todos essa discordância tem como principal propósito pautar políticas públicas que resolvam os problemas apresentados pelos dados ditos “não oficiais” que os órgãos oficiais tentam deslegitimar (SOUSA, 2020).

O LabJaca produz narrativas audiovisuais acessíveis, buscando preencher as lacunas de conhecimento que prejudicam o acesso a políticas públicas e direitos básicos dos moradores do Jacarezinho. Na pandemia, também procurou debater medidas de proteção e luta por direitos para alcançar um atendimento e tratamento justo e igualitário. Dessa forma, a comunicação se consolida como uma ferramenta estratégica de luta, na medida em que é produzida por aqueles que se identificam como agentes de mudança local, alcançando dinâmicas potentes de transformação.

4.6 A atuação dos membros da Rede de Filantropia para a Justiça Social no enfrentamento da Covid 19

A RFJS é integrada por 13 organizações doadoras (*grantmakers*) – fundos temáticos, fundos comunitários, fundações comunitárias – que apoiam OSC, ONG, movimentos, grupos, coletivos, redes, lideranças, defensores de direitos, grupos e lideranças da sociedade civil. Embora o montante das doações dos fundos locais que integram a RFJS não seja comparável aos recursos mobilizados pelas grandes fortunas, a atuação da Rede foi e continua sendo estratégica no contexto da pandemia pela capacidade de reagir de forma ágil e assertiva, atendendo a múltiplas demandas, com foco nas minorias políticas e grupos vulneráveis. De acordo com levantamentos internos, os 13 membros doaram de forma direta, ao longo de 2020, 14 milhões de reais para quase mil iniciativas. As doações indiretas (cestas básicas, *kit* higiene e ajuda humanitária, de forma geral) somaram aproximadamente 2,9 milhões de reais.

Além de doações para a sociedade civil (por editais, cartas convite e/ou doação direta), as organizações da Rede mobilizam recursos de outras fontes, inclusive com campanhas de ampla capacidade de articulação, alcance e capilaridade no território nacional: instituições filantrópicas internacionais e nacionais; pessoas físicas; empresas; poder público; cooperação internacional etc. Assim, a mobilização é concebida como uma parceria entre financiadores de natureza distinta, já que os fundos e fundações comunitárias têm um conhecimento profundo das agendas locais e capacidade de distribuição de recursos, fazendo-os chegar até organizações de base diversas.

A partir de levantamentos internos realizados com os membros da RFJS, foram identificadas três frentes estratégicas de atuação¹⁵: a) criação de

fundos e doações emergenciais; b) mobilização local e campanhas de doação; e c) comunicação e produção de conhecimento. Algumas das experiências desenvolvidas pelas organizações-membro da RFJS são apresentadas a seguir.

4.6.1 Fundos e doações emergenciais: doação de recursos para enfrentamento dos impactos da Covid-19

Nessa frente, se destacam linhas de apoio que implicaram o lançamento de chamadas/ concursos de projetos, ações para doação direta de recursos financeiros e criação/ fortalecimento de fundos emergenciais específicos para o combate das desigualdades e injustiças agravadas pela Covid-19.

Os membros da RFJS que protagonizaram essa estratégia de ação foram: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Fundo de Investimento Social ELAS, Fundo Baobá, Fundo Positivo, Fundo Brasil de Direitos Humanos, Fundo Socioambiental CASA, Instituto Clima e Sociedade (ICS) e Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICOM).

Por sua vez, a coordenação da RFJS implementou um programa de apoio às organizações-membros para o fortalecimento de iniciativas no enfrentamento da Covid-19, doando recursos para o desenvolvimento de planos de mobilização e doação de recursos; comunicação; fortalecimento de capacidades; monitoramento e avaliação; mapeamentos específicos; organização de experiências; consolidação de parcerias e ações conjuntas.

4.6.2 Mobilização local/ territorial e campanhas de doação: atores, doadores e recursos para ações diretas junto às organizações e grupos de base

O cenário da pandemia da Covid-19 trouxe a necessidade de atuar de forma urgente, o que incluiu ações de mobilização, doação de bens e articulação comunitária. Essas atuações não foram de caráter

¹⁵ Divididas para organizar as informações, mas, na maioria das vezes, as ações são integradas e envolvem múltiplas atividades.

assistencial de cima para baixo, já que as populações alcançadas pela crise foram protagonistas na identificação de seus próprios problemas e na criação de estratégias voltadas para sua solução, com apoio de organizações doadoras.

Os membros da RFJS que realizaram este tipo de ação foram: Casa Fluminense, ICOM, Instituto Tabôa, Instituto Baixada Maranhense, Redes da Maré e ISPN. A Casa Fluminense trabalhou na articulação de diversos doadores para viabilizar o apoio emergencial de projetos em comunidades e regiões vulneráveis e sem infraestrutura na região metropolitana (RM) do Rio de Janeiro. O ICOM desenvolveu uma ação voltada para sensibilizar, mobilizar e fidelizar doadores locais para atuar na Grande Florianópolis no sentido de garantir o acesso das pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes, entrando também na área da soberania alimentar. Por sua vez, o Tabôa distribuiu cestas básicas e *kits* de higiene para famílias residentes no sul da Bahia. O Instituto Baixada Maranhense desenvolveu uma metodologia focada na escuta de populações locais, “evitando estabelecer dinâmicas de cima para baixo [e usando] uma metodologia que chamamos de ‘auscultar as pessoas’, em que justamente ouvimos o que elas querem”, segundo sua diretora executiva. A campanha desenvolvida pelo Redes da Maré – na comunidade

do Complexo da Maré, integrada por 16 favelas – teve foco nas seguintes frentes: segurança alimentar; atendimento à população em situação de rua; geração de renda; cuidados, prevenção e acesso à saúde; produção e difusão de informações e conteúdos seguros, a partir de uma campanha articulada de comunicação; e apoio emergencial a artistas e grupos culturais.

4.6.3 Comunicação e conhecimento: campanhas informativas, portais de notícias e levantamento e análise de informações

Os membros da RFJS tiveram papel estratégico na luta contra a desinfodemia e em prol do acesso aos direitos, à saúde e à profilaxia da Covid-19.

A página [Covid-19: Promover Direitos Humanos no Contexto da Pandemia](#), iniciativa do Fundo Brasil, tem por objetivo divulgar posicionamentos e ações da organização; incentivar doações para o Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19, repassadas aos trabalhos de grupos e ativistas de base; e divulgar outros fundos e editais abertos para destinar recursos para o enfrentamento da pandemia.

Em 2020, a Casa Fluminense, em linha com o trabalho que vem desenvolvendo desde sua criação nas áreas de informação e mobilização, produziu o [Mapa da Desigualdade](#), um diagnóstico da realidade da RM do Rio de Janeiro apresentado em 40 indicadores, divididos em 10 eixos temáticos. Pesquisas assim ajudam a dimensionar os cenários que a população enfrenta diariamente.

Por sua vez, o ISPN desenvolveu o [Canto da Coruja](#), um programa de produção de *podcast* voltado a povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Entrevistas com representantes dos povos, autoridades da saúde, dos governos e colaboradores do ISPN marcam a programação com orientações, estratégias de enfrentamento e informações políticas.

AS POPULAÇÕES ALCANÇADAS PELA CRISE FORAM PROTAGONISTAS NA IDENTIFICAÇÃO DE SEUS PRÓPRIOS PROBLEMAS



A Redes da Maré também desenvolveu ações de comunicação, com produção de *podcasts*, boletins e jornal voltada para fora da favela – financiadores, público geral etc. – e para seu interior, produzindo conteúdo com fontes seguras (alguns em parceria com a Fiocruz), de forma a disseminar informações autonomamente, garantindo o acesso ao conhecimento de direitos básicos e à pandemia de forma geral.

O Fundo Positivo, que trabalha essencialmente com saúde, criou o projeto [Comunicação Positiva Covid-19](#). Sensibilizando lideranças comunitárias sobre a importância de sua atuação para a promoção e defesa de direitos, redução das desigualdades em saúde e mapeamento de problemas que surgiram ou se agravaram em decorrência da pandemia, o projeto contribuiu com o fomento de ações de incidência política junto a gestores públicos e à sociedade de modo geral. Foi produzido um conjunto de ferramentas de comunicação: *podcasts*, *cards* informativos e *lives*, que atingiram para além do público beneficiário das ações. A partir de setembro de 2020, foi iniciada uma nova fase, com um programa de entrevistas: foram seis edições com especialistas que trataram de temas relacionados à pandemia.

Por sua vez, a RFJS também desenvolveu um conjunto de ações para divulgar os trabalhos de seus membros, tanto no [site institucional](#) como em [blog](#), alcançando públicos locais e internacionais.

5 A FILANTROPIA COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19

A partir da análise realizada ao longo deste estudo, é possível afirmar que a sociedade civil teve um papel protagonista no enfrentamento da pandemia e, apesar de se encontrar fragilizada e numa situação de vulnerabilidade, demonstrou uma grande capacidade de ação e reação no cenário de crise.

Entretanto, apesar de reconhecer o papel destacado da sociedade civil, observa-se um visível descompasso entre sua atuação e o volume de recursos mobilizados no campo filantrópico para OSC, movimentos e ONG. Analisando as doações realizadas frente à emergência a partir do Monitor das Doações (ABCR, 2020), é possível observar uma visível lacuna entre os recursos mobilizados pela filantropia local e a destinação para apoio à sociedade civil, o que leva a fazer algumas reflexões estratégicas. Deboni (2020) levanta algumas perguntas estratégicas sobre a destinação dos recursos filantrópicos:

Estes recursos têm chegado em organizações sociais menores, menos conhecidas e de todas as regiões e rincões deste país? Ou grande fatia destes recursos segue chegando a ONG maiores e mais conhecidas? Esses recursos têm sido também direcionados para ajudar a cobrir custos fixos e institucionais destas organizações? Ou apenas para a compra de donativos, cestas básicas e insumos? Passada a pandemia, estas organizações sociais que atuam/atuaram na intermediação destes donativos estarão fortalecidas ou enfraquecidas? Conseguirão manter suas equipes, espaços físicos, estruturas?

Como mostrou a análise realizada neste estudo, a **filantropia comunitária** cobra reconhecimento, já que contribui com uma visão para atuar na realidade social, voltada para promover o desenvolvimento de iniciativas e articulações, o fortalecimento de vozes e o poder das comunidades e seus atores em busca de soluções próprias para os problemas existentes. É, portanto, uma abordagem que procura questionar e subverter a hierarquia de poder e retransferi-lo para as comunidades, concebidas como atores protagonistas no que diz respeito aos processos de tomada de decisão e para o desenvolvimento de ações voltadas ao combate da desigualdade e em prol da justiça social. A questão do poder se instala como um tema-chave e prioritário, levando em conta que, na relação doador-donatário, não há um intuito de empoderar ou dar poder a grupos e OSC, mas de

reconhecer o poder que eles já têm na capacidade de buscar soluções de forma autônoma e na sua potência de atuação.

O *grantmaking* é uma estratégia-chave no contexto da filantropia comunitária, já que, pela doação de recursos, a sociedade civil procura se fortalecer e catalisar a ação das comunidades, funcionando como ponte entre diferentes grupos com base na mobilização de ativos e na construção de confiança e responsabilidade, instalando dinâmicas de baixo para cima.

Certamente, para avançar com a construção de uma filantropia local que efetivamente incorpore abordagens da filantropia comunitária, é fundamental instalar um “giro decolonial”, abandonando a perspectiva da colonialidade, rompendo com estruturas e saberes legados do processo de colonização. A decolonialidade admite que existe uma imposição dos conhecimentos do norte global predominantemente brancos e masculinos, em detrimento dos saberes da população negra da África e diásporas, mulheres, povos originários, população LGBTI+, entre outros grupos e minorias políticas. Trata-se então de ressignificar e tropicalizar¹⁶ o conceito de filantropia comunitária à luz das dinâmicas locais, entendendo

que assume dimensões e sentidos de acordo com as suas modalidades de atuação, nos diversos contextos sócio-políticos.

Neste momento, movimentos sociais e mecanismos de organização comunitária são mais importantes do que nunca. Existe uma janela de oportunidade para que fundações e proprietários de grandes riquezas sejam catalisadores que ajudem a construir um futuro capaz de aproveitar o momento de crise para enfrentar alguns dos problemas ambientais e sociais que, até algum tempo atrás, pareciam tão impossíveis de se enfrentar em nível sistêmico.

Este é o momento de reconhecer a importância da sociedade civil e fortalecê-la a partir do aporte de recursos flexíveis. Mudar a estratégia de atuação da filantropia local se torna fundamental no contexto de pandemia (e pós-pandemia), de forma tal que seja possível conceder doações irrestritas aos parceiros de confiança para que possam enfrentar a situação de crise junto com as comunidades, reconhecendo o trabalho que as organizações sociais de base vêm desenvolvendo em lugares em que os mais vulneráveis e marginalizados foram e serão ainda mais atingidos pela crise.

¹⁶ Para um aprofundamento sobre a tropicalização de conceitos, vinculados especificamente ao campo da filantropia, consultar o documento elaborado pela Rede (2020).

REFERÊNCIAS

- ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos, 2020. **Estudo impacto da Covid-19 nas OSCs brasileiras.** Disponível em: <https://www.redefilantropia.org.br/publicacoes/estudo-impacto-da-covid-19-nas-oscs-brasileiras>. Acesso em: 15/12/2020.
- ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos. 2020. **Monitor de doações Covid-19.** Disponível em: <https://www.monitordasdoacoes.org.br/pt>. Acesso em: 20/01/2021.
- ABONG – Associação Brasileira de ONGs. 2020. **CPI das ONGS.** Disponível em: <https://gife.org.br/cpi-das-ongs-confunde-e-arranha-imagem-do-terceiro-setor/>. Acesso em: 20/02/2021.
- APIB – Associação dos Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://apiboficial.org/?lang=en>. Acesso em: 20/01/2021.
- BARROSO, Bruno. 2020. **Uso de dados no setor social: aprendizados na pandemia e caminhos para a interoperabilidade.** GIFE. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/uso-de-dados-no-setor-social-aprendizados-na-pandemia-e-caminhos-para-a-interoperabilidade>. Acesso em: 17/04/2021.
- BRASIL. 1999. **Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.** Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público, institui e disciplina o termo de parceria, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1 jul. 1999^a
- BRASIL. 2021. **Gráficos sobre Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 26/02/2021.
- BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. 2014. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.**
- CAF – Charities Aid Foundation. 2020. **Giving Report 2019 Brasil:** um retrato da doação no Brasil.
- CIMINI, F; JULIÃO, N; SOUZA, A. 2020. **A estratégia brasileira de combate à Covid-19:** como o vácuo de liderança minimiza os efeitos das políticas públicas já implementadas. Disponível em: <https://observatoriahospitalar.fiocruz.br/conteudo-interno/estrategia-brasileira-de-combate-covid-19-como-o-vacu-de-lideranca-minimiza-os>. Acesso em: 29/01/2021.
- DANOWSKI, Deborah. 2010. Negacionismos. **Série Pandemia**, n. 1. Disponível em: https://issuu.com/n-1publications/docs/cordel_negacionismos. Acesso em: 22/02/2021.
- DEBONI, Fábio. 2020. **Sobram recursos, falta sociedade civil?** Disponível em <https://www.redefilantropia.org.br/post/sobram-recursos-falta-sociedade-civil>. Acesso em: 3/3/2021.
- DOBYNS, H. F. 1966. **Estimating aboriginal American population:** an appraisal of techniques with a new hemispheric estimate., **Current Anthropology**, v. 7, n. 4, p. 395-416, set. 1966.
- FARIA, C. F. 2010. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 187-204, jun. 2010.
- FICS – Funders Initiative for Civil Society. **Repensando o espaço cívico em uma era de crises interseccionais:** um resumo informativo para financiadores. Disponível em: <http://redefilantropia.org.br/publicacoes/repensando-o-espaço-cívico-em-uma-era-de-crisis-interseccionais%3A-um-resumo-informativo-para-financiadores>. Acesso em: 20/01/2021.
- FOUCAULT, M. 2010. **História da sexualidade:** a vontade de saber (v. 1). Original publicado em 1976. São Paulo: Graal.
- FOUCAULT, M. 2015. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. 2019. **Censo GIFE 2018.** Disponível em: <https://gife.org.br/censo-gife/>. Acesso em: 20/01/2021.

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. 2021. **Emergência Covid-19**. Disponível em: <https://emergenciacovid19.gife.org.br/>. Acesso em: 26/02/2021.

GOHN, 2013. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019a. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016. **Estudos e Pesquisas: Informação Econômica**, n. 32.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso: 30/03/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada: Paraisópolis**. 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 19/04/2021.

INSTITUTO PÓLIS. 2020. **Instituto Pólis**. Disponível em: <https://polis.org.br/>. Acesso em: 21/01/2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2018. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33432. Acesso: 29/03/2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2020. **Covid-19 e medidas legais de distanciamento**. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37437&Itemid=4#:~:text=Recomenda%2Dse%20que%20governos%20adotem,do%20Sul%2C%20Rond%C3%B4nia%20e%20S%C3%A3o. Acesso em: 29/03/2021.

ISP – Instituto de Segurança Pública. 2019. **Dados visualização**. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>. Acesso em: 20/01/2021.

KOPENAWA YANOMAMI, D. s. d. **Povos indígenas no Brasil 2006-2010**. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/documentos/POVOS%20INDIGENAS%20NO%20BRASIL%202006_2010.pdf. Acesso em: 30/03/2021.

MOBILIZA CONSULTORIA; REOS PARTNERS. 2020. **O impacto da Covid-19 nas OSC brasileiras**: da resposta imediata à resiliência. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/impacto-da-covid-19-nas-oscs-brasileiras-da-resposta-imediata-a-resiliencia-sumario-executivo>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MUÑOZ, César. Brasil sofre uma epidemia própria de brutalidade policial. **Americas Quarterly**, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/06/03/375324>. Acesso em: 23 mar. 2021.

OXFAM, 2020. **O vírus da desigualdade**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>. Acesso em: 24/02/2021.

PNUD. 2020. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento no Brasil**. Disponível em: <http://pnud.org.br>. Acesso em: 20/01/2021.

PONTEAPONTE. 2021. **Relatório dos primeiros 60 dias**. Disponível em: <https://boletimcovid19.scibizconference.com/os-60-primeiros-dias-de-covid-19-no-brasil-uma-analise-macro-do-campo-de-impacto-social-no-pais/>. Acesso em: 30/03/2021.

REDE – Rede de Filantropia para a Justiça Social. 2020. Disponível em: <https://www.redefilantropia.org.br/publicacoes/expandindo-e-fortalecendo-a-filantropia-comunit%C3%A1ria-no-brasil>. Acesso em: 30/03/2021.

SOUSA, Bruno. 2020. **A defasagem de dados na favela mantém estrutura que nos silencia**. Observatório de segurança. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/a-defasagem-de-dados-na-favela-mantem-estrutura-que-nos-silencia/>. Acesso em: 25/01/2020.

UNESCO. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/unesco>. Acesso em: 20/02/2021.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2016.

WENGER, Etienne; Mcdermott, Richard; SNYDER, William M. 2014. **Seven principles for cultivating communities of practice**. Autopublicação.

WINGS – Worldwide Initiatives for Grantmaking Support. 2018.

AS AUTORAS

Graciela Hopstein é mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em política social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Consultora, professora e pesquisadora na área social. Autora de artigos, livros com temáticas vinculadas a políticas públicas, movimentos sociais e filantropia. Atualmente é coordenadora executiva da Rede de Filantropia para a Justiça Social.

Milena Peres é assessora de dados, tecnologia e comunicação da Rede de Filantropia para a Justiça Social.

Coordenação geral Projeto Emergência Covid-19:

Erika Sanchez Saez

Apoio à coordenação geral: **Talita Ibrahim**

Coordenação da publicação: **Carolina Magosso,**

Erika Sanchez Saez e Graziela Santiago

Supervisão: **Gustavo Bernardino e José Marcelo Zacchi**

Revisão de textos: **Gleice Regina Guerra**

Projeto gráfico: **Tatiana Alves Cavalcanti**

Diagramação: **Alastra, Comunica.**

Apoiadores institucionais:

Alana | B3 Social | Fundação Bradesco | Fundação Ford |

Fundação Lemann | Fundação Telefônica Vivo |

Fundação Tide Setubal | Instituto ACP | Itaú Social |

Instituto Unibanco | Laudes Foundation



Este material é disponibilizado sob a licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

As opiniões e análises expressas nesta publicação não necessariamente refletem as do GIFE.

ISBN: 978-65-86701-13-5

DOI: [10.33816/978-65-86701-13-5](https://doi.org/10.33816/978-65-86701-13-5)

© 2021 GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas